

# CÓDIGO DE CONDUTA



AUTO RIBEIRO, LDA.

## **INDICE**

I.	<b><u>Enquadramento</u></b> .....	4
II.	<b><u>Disposições Gerais</u></b> .....	5
	Artigo 1.º - Objeto	
	Artigo 2.º - Âmbito de aplicação	
	Artigo 3.º - Objetivos	
III.	<b><u>Princípios Gerais</u></b> .....	6
	Artigo 4.º - Princípio da Legalidade	
	Artigo 5.º - Princípio da Confidencialidade	
	Artigo 6.º - Princípio da Eficiência	
	Artigo 7.º - Princípio da Lealdade	
	Artigo 8.º - Princípio da Transparência	
	Artigo 9.º - Princípio da Imparcialidade	
	Artigo 10.º - Princípio da Igualdade	
	Artigo 11.º - Princípio da Integridade	
IV.	<b><u>Normas de Conduta</u></b> .....	8
	Artigo 12.º - Ofertas	
	Artigo 13.º - Conflito de interesses	
	Artigo 14.º - Comunicação e Redes sociais	
	Artigo 15.º - Recursos	
	Artigo 16.º - Equipamentos eletrónicos e uso de dados	
	Artigo 17.º - Proteção de dados pessoais	
	Artigo 18.º - Prevenção de assédio e discriminação	
	Artigo 19.º - Saúde, Segurança e Meio ambiente	

**Artigo 20.º - Drogas, Álcool e Tabaco**

**Artigo 21.º - Corrupção e Infrações conexas**

**Artigo 22.º - Denúncia de infrações**

**V. Incumprimento .....15**

**Artigo 28.º - Incumprimento do Código de Conduta**

**VI. Procedimentos .....17**

**Artigo 29.º - Formação**

**Artigo 30.º - Publicidade**

**Artigo 31.º - Revisão**

**VII. Anexos .....18**

– **Anexo I - Regulamento do canal de denúncia**

## **I - ENQUADRAMENTO**

O Código de Conduta define os princípios e os valores que integram a cultura organizacional da “AUTO RIBEIRO, LDA.”.

A aplicação das normas previstas no presente Código visa a promoção de uma conduta profissional responsável e prudente, a promoção de um modelo organizacional que assegure o estrito cumprimento da lei e regulamentos aplicáveis, e ainda, a preservação e fortalecimento da imagem e reputação da empresa.

Todos os Colaboradores da AUTO RIBEIRO LDA. devem pautar os seus comportamentos de acordo com os princípios estabelecidos no presente código, os quais devem assumir como intrinsecamente seus, refletindo-os na relação profissional que estabelecem entre si e com terceiros.

## **II – DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 1.º - Objeto**

O presente Código de Conduta estabelece os valores, princípios e normas de natureza ético-profissionais que devem ser observados no cumprimento das atividades desenvolvidas na “AUTO RIBEIRO, LDA.”, ou através da mesma.

### **Artigo 2.º - Âmbito de aplicação**

1. O Código de Conduta aplica-se a todos os Colaboradores da “AUTO RIBEIRO, LDA.”, independentemente do regime de contratação, posição hierárquica ou unidade orgânica em que se enquadrem, nas relações profissionais estabelecidas entre si e com terceiros.
2. Para efeitos do presente Código de Conduta, entende-se por “Colaborador” os membros dos órgãos sociais, corpos diretivos, gerentes, funcionários e todos aqueles que mantenham uma relação de trabalho, estágio, prestação de serviço ou outra equiparável com a “AUTO RIBEIRO, LDA”.
3. Nenhuma norma do presente Código de Conduta substitui ou prejudica a aplicação das disposições legais e regulamentares vigentes em matéria de direitos, deveres e responsabilidades que incidam sobre os Colaboradores da “AUTO RIBEIRO, LDA.”.

### **Artigo 3.º - Objetivos**

Os princípios e normas estabelecidos no presente Código de Conduta visam:

- a) Promover uma conduta profissional responsável e prudente, a observar por todos os colaboradores no exercício das respetivas funções;
- b) Promover uma cultura organizacional que assegure o estrito cumprimento das obrigações legais aplicáveis, em cada momento, em especial no que concerne aos

- deveres legais respeitantes à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, previsto na Lei n.º 83/2017 de 18 de agosto;
- c) Alinhar as práticas internas com o estabelecido no Regime Geral de Prevenção da Corrupção, previsto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro; e
  - d) Contribuir para a prossecução da atividade comercial da “AUTO RIBEIRO, LDA.”, promovendo a afirmação da sua imagem e reputação no mercado nacional e internacional.

### **III – PRINCIPIOS GERAIS**

#### **Artigo 4.º - Princípio da Legalidade**

Os Colaboradores devem atuar em conformidade com o quadro legal vigente, os regulamentos emanados pelas entidades competentes do setor de atividade prosseguida pela “AUTO RIBEIRO, LDA.”, assim como com os normativos e procedimentos divulgados internamente, dentro dos limites dos poderes funcionais que lhes foram conferidos.

#### **Artigo 5.º - Princípio da Confidencialidade**

1. Os Colaboradores estão obrigados a sigilo profissional e confidencialidade de todos os elementos que venham a tomar conhecimento, direta ou indiretamente, no âmbito das suas funções, estando impedidos de partilhar essas informações com terceiros, quer sejam pessoas alheias ao serviço, quer sejam outros colaboradores da “AUTO RIBEIRO, LDA.” que não necessitem dessas informações para o desempenho das respetivas funções.
2. Os Colaboradores não podem fazer uso de qualquer informação confidencial a que tenham acesso para outros fins que não sejam o adequado desempenho da

atividade profissional, sob pena de incorrer em responsabilidade civil e/ou criminal pelo acesso ou utilização indevida.

3. A divulgação de informações confidenciais só poderá ocorrer no estrito cumprimento de situações previstas na lei.

#### **Artigo 6.º - Princípio da Eficiência**

1. Os Colaboradores devem executar as suas tarefas de modo competente, rigoroso e responsável, adotando uma postura dedicada, agradável e crítica, empenhando-se na respetiva valorização do serviço pelo cliente.
2. Deve ser adotado um comportamento íntegro e de elevado profissionalismo na execução de todas as tarefas, recorrendo a processos simples e mais expeditos possíveis, sem prejudicar a eficácia da atuação, e os quais permitam economizar tempo e recursos.

#### **Artigo 7.º - Princípio da Lealdade**

Os Colaboradores devem agir de forma leal, solidária e cooperante, no exercício das suas funções, quer entre si, quer com terceiros, com a própria empresa, assim como com as entidades públicas ou privadas, com as quais se relacionam.

#### **Artigo 8.º - Princípio da Transparência**

1. Os Colaboradores devem adotar comportamentos o mais transparentes possíveis, em particular, no que concerne a gestão financeira, recrutamento, aquisições e contratação de serviços, assim como prestação de informações.
2. O Colaborador deve assegurar a prestação de todas as informações de modo objetivo, claro, completo e compreensível.

#### **Artigo 9.º - Princípio da Imparcialidade**

Os Colaboradores deverão tratar, em qualquer caso, de forma isenta e imparcial todos os

cidadãos e entidades que se relacionam com a “AUTO RIBEIRO, LDA.”, ficando impedidas práticas ou tomadas de decisão arbitrárias e comportamentos que resultem em benefício ou prejuízo ilegítimos.

#### **Artigo 10.º - Princípio da Igualdade**

Os Colaboradores deverão assegurar o respeito pela igualdade, não podendo beneficiar ou prejudicar qualquer pessoa em razão da sua raça, sexo, idade, ascendência, língua, convicções, afiliações políticas, religião, condição social ou situação económica, ou qualquer outro fator que potencie a ocorrência de uma eventual desigualdade de oportunidade ou tratamento.

#### **Artigo 11.º - Princípio da Integridade**

1. Os Colaboradores devem pautar todas as suas condutas por critérios de retidão e de honestidade, respeitando os seus deveres profissionais, abstendo-se de práticas que possam suscitar dúvidas quanto ao respeito pelos princípios éticos adotados e implementados na empresa.
2. Os Colaboradores devem evitar situações suscetíveis de originar conflitos de interesse ou que possam ser interpretadas como uma forma de influenciar a sua imparcialidade, de modo a garantir a veracidade e confiança no trabalho realizado.

### **IV – NORMAS DE CONDUTA**

#### **Artigo 12.º - Ofertas**

Os Colaboradores devem abster-se de aceitar a oferta, a qualquer título, de pessoas singulares e coletivas privadas, nacionais ou estrangeiras, e de pessoas coletivas públicas estrangeiras, de bens materiais, consumíveis ou duradouros, ou de serviços que possam condicionar a imparcialidade e a integridade do exercício das suas funções.



### **Artigo 13.º - Conflito de interesses**

1. Os Colaboradores devem evitar incorrer em qualquer situação que possa originar, direta ou indiretamente, potenciais conflitos de interesses, ou que possam razoavelmente conduzir um terceiro a presumir a sua existência, mesmo que efetivamente tal não suceda.
2. Qualquer conflito de interesse que possa surgir deverá ser comunicado de imediato e no mais curto prazo.

### **Artigo 14.º - Comunicação e Redes sociais**

1. Os Colaboradores deverão proteger a informação confidencial e ter bom senso ao participar nas redes sociais ou outros meios de comunicação similares.
2. O relacionamento com a comunicação social, a realização de publicações, a participação em eventos públicos, nas redes sociais ou em comunidades virtuais deve pautar-se por critérios de sobriedade, discrição e prudência por forma a preservar a reputação e credibilidade da “AUTO RIBEIRO, LDA.”.

### **Artigo 15.º - Recursos**

1. Os Colaboradores devem assegurar a proteção, conservação e racionalização dos recursos físicos, tecnológicos e financeiros da “AUTO RIBEIRO, LDA.”, devendo os recursos disponíveis ser usados de forma eficiente, com vista à prossecução dos objetivos definidos, não os utilizando, direta ou indiretamente, em seu proveito pessoal ou de terceiros.
2. Os Colaboradores devem proteger os recursos que se encontram sob sua responsabilidade contra perda, danos, uso indevido e roubo.
3. Os Colaboradores devem adotar as melhores práticas de proteção do ambiente, nomeadamente promovendo uma gestão eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental das suas atividades, e uma utilização responsável dos seus recursos.

#### **Artigo 16.º - Equipamentos eletrónicos e uso de dados**

1. A utilização dos equipamentos eletrónicos disponibilizados aos Colaboradores deverá ser para fins exclusivamente profissionais, sendo admitido o uso pessoal, desde que razoável e que não coloque em causa a produtividade, podendo ser criados filtros que restrinjam o acesso e navegação na internet.
2. Se, por razões técnicas, não for possível distinguir entre dados profissionais e pessoais, qualquer dado pessoal deverá ser tratado em conformidade como dado profissional.

#### **Artigo 17.º - Proteção de Dados Pessoais**

1. A Empresa cumpre com toda a legislação e regulamentação de proteção de dados pessoais.
2. Os Colaboradores são responsáveis por salvaguardar toda a informação a que acedem no exercício das suas funções, quer se trate de dados respeitantes a pessoas singulares ou coletivas.
3. O acesso e tratamento de dados pessoais, pelos colaboradores, deve respeitar os direitos dos seus titulares, obedecendo a critérios de prudência na sua utilização, com vista a assegurar a sua integridade e reserva.

#### **Artigo 18.º - Prevenção de assédio e discriminação**

1. Os Colaboradores da “AUTO RIBEIRO, LDA.” não podem adotar comportamentos discriminatórios em relação aos demais colaboradores ou a terceiros, sejam ou não destinatários dos serviços e das atividades da “AUTO RIBEIRO, LDA.”, nomeadamente, com base na raça, género, idade, incapacidade física, orientação sexual, opiniões, ideologia política e confissão religiosa.

2. Os Colaboradores devem demonstrar consideração e respeito mútuos, evitar comportamentos que possam razoavelmente ser considerados como práticas de assédio pelos demais colaboradores ou terceiros.
3. O assédio constitui uma expressão de comportamentos indesejáveis e/ou inaceitáveis por parte de um ou mais indivíduos. Assim, são expressamente proibidos os seguintes comportamentos suscetíveis de serem considerados como assédio no trabalho:
  - a) desvalorizar e desqualificar sistematicamente o trabalho que é executado;
  - b) promover o isolamento social;
  - c) ridicularizar, de forma direta ou indireta, uma característica física ou psicológica;
  - d) efetuar recorrentes ameaças de despedimento ou de aplicação de outra sanção disciplinar;
  - e) não atribuir quaisquer funções profissionais, o que configura uma violação do direito à ocupação efetiva do posto de trabalho;
  - f) estabelecer sistematicamente metas e objetivos de trabalho impossíveis de atingir ou prazos inexecutáveis de cumprir;
  - g) atribuir sistematicamente funções estranhas ou desadequadas à categoria profissional;
  - h) apropriar-se sistematicamente de ideias, propostas, projetos e trabalhos, sem identificar o autor das mesmas, salvo nos termos consentidos pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e pelo Código de Propriedade Industrial;
  - i) divulgar sistematicamente, rumores e comentários maliciosos ou críticas reiteradas sobre trabalhadores;
  - j) dar sistematicamente instruções de trabalho confusas e imprecisas;
  - k) pedir sistematicamente trabalhos urgentes, sem necessidade;

- l) transferir o trabalhador de sector ou de local de trabalho com a clara intenção de promover o seu isolamento;
  - m) falar constantemente em decibéis elevados (vulgo, aos gritos), de forma a intimidar as pessoas;
  - n) criar sistematicamente situações objetivas de “stress”, de modo a provocar o descontrolo na conduta do trabalhador, tais como alterações ou transferências sistemáticas de locais de trabalho.
4. Sempre que a entidade empregadora tome conhecimento da violação das disposições constantes do presente Código de Conduta em matéria de proibição de condutas suscetíveis de integrar a prática de assédio ou discriminação procederá à abertura de um procedimento disciplinar, que deve iniciar-se nos 60 (sessenta) dias subsequentes àquele em que o empregador ou o superior hierárquico com competência disciplinar, tome conhecimento da infração.
  5. Os Colaboradores da “AUTO RIBEIRO, LDA.” deverão prestar a necessária colaboração em eventuais processos disciplinares ou de investigação criminal pelas respetivas entidades competentes.
  6. Garante-se a impossibilidade de dispensa da sanção acessória de publicidade da decisão condenatória quando esteja em causa a prática de assédio que constitui contraordenação muito grave podendo gerar responsabilidade penal.
  7. O Empregador é responsável pela reparação dos danos emergentes de doenças profissionais resultantes da prática de assédio, ficando aquele sub-rogado, quanto à indemnização, entretanto paga, nos direitos do trabalhador.
  8. A denúncia de condutas suscetíveis de consubstanciar práticas de assédio ou discriminação pelos Colaboradores da “AUTO RIBEIRO, LDA.”, deve ser efetuada através do canal de denuncia interna, de acordo com o Regulamento do canal de denúncia, em anexo ao presente Código de conduta.

### **Artigo 19.º - Saúde, Segurança e Meio ambiente**

1. Os Colaboradores devem garantir um ambiente de trabalho livre de comportamentos que sejam abusivos, violentos, ameaçadores, perturbadores, inadequados ou suscetíveis de colocar pessoas e bens em risco.
2. Os Colaboradores devem utilizar os recursos de forma sustentável, tendo em conta as boas práticas de preservação do meio ambiente.

### **Artigo 20.º - Drogas, Álcool e Tabaco**

1. Não é permitido o consumo de álcool no exercício das funções profissionais, de modo que se revele prejudicial ao desempenho, potenciador de comportamentos inadequados, ou suscetível de colocarem em risco a segurança do próprio ou de terceiros.
2. Não é permitido o consumo de drogas ilícitas, nem a presença de Colaborador com sinais exteriores de consumo de substâncias psicotrópicas.
3. Não é permitido fumar nos locais de trabalho e/ou noutros espaços fechados no interior dos edifícios, sendo apenas autorizado nos locais onde exista indicação clara de permissão.

### **Artigo 21.º - Corrupção e Infrações Conexas**

1. A “AUTO RIBEIRO, LDA.” repudia qualquer prática de corrupção, ou infração conexa, impondo o cumprimento rigoroso da lei em todas as suas relações internas e externas, seja com entidades privadas ou entidades públicas.
2. Nos termos do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, entende-se por corrupção e infrações conexas os crimes de corrupção, recebimento e oferta indevidos de vantagem, peculato, participação económica em negócio, concussão, abuso de poder, prevaricação, tráfico de influência, branqueamento ou fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito, previstos no Código Penal.

3. Para efeitos do estabelecido no Código de Conduta, os conceitos de corrupção e infrações conexas e o respetivo enquadramento são os seguintes:

TIPO LEGAL	CONDUTA	ENQUADRAMENTO NORMATIVO
Corrupção	Prática de um qualquer ato ou a sua omissão, seja em ambos os casos lícito ou ilícito, em troca do recebimento de vantagem patrimonial ou não patrimonial indevida, para o próprio ou para terceiro.	Artigos n.ºs 372.º a 374.º-A do Código Penal
Recebimento ou oferta indevidos de vantagem	Quando o funcionário, no exercício das suas funções ou por causa delas, por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida.	Artigo n.º 372.º, n.º 1 do Código Penal
Peculato	Quando o funcionário ilegitimamente se apropriar em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções.	Artigo n.º 375.º, n.º 1 do Código Penal

Participação económica em negócio	Quando o funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar.	Artigo n.º 377.º, n.º 1 do Código Penal
Concussão	Quando o funcionário, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja, superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima.	Artigo n.º 379.º do Código Penal
Abuso de poder	Quando o funcionário abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra	Artigo n.º 382.º do Código Penal

	pessoa.	
<b>Prevaricação</b>	Quando o funcionário, no âmbito de processo de inquérito, judicial, contraordenacional ou disciplinar, conscientemente, praticar atos ou deixar de praticar atos que se impunham em virtude do cargo que exerce, com a intenção de prejudicar ou beneficiar alguém.	<b>Artigo n.º 369.º do Código Penal</b>
<b>Tráfico de Influência</b>	Quando alguém por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicita ou aceita, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de Artigo n.º 335.º do Código Penal 13/27 qualquer entidade pública.	<b>Artigo n.º 335.º do Código Penal</b>
<b>Branqueamento</b>	Quando o funcionário converter, transferir, auxiliar ou facilitar alguma operação de conversão ou transferência de vantagens, obtidas por si ou por terceiro, direta ou indiretamente, com o fim de dissimular a sua origem	<b>Artigo n.º 368.ºA do Código Penal</b>



	ilícita, ou de evitar que o autor ou participante dessas infrações seja criminalmente perseguido ou submetido a uma reação criminal.	
Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção	Quando o funcionário forneça às autoridades ou entidades competentes informações inexatas ou incompletas sobre si ou terceiros e relativas a factos importantes para a concessão de subsídio ou subvenção; omitir informações sobre factos importantes; utilizar documento justificativo obtido através de informações inexatas ou incompletas; de modo a vir a obter um subsídio ou subvenção.	Artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro

4. A denúncia de condutas suscetíveis de integrar a prática de crimes de corrupção ou infrações conexas praticadas na “AUTO RIBEIRO, LDA.”, ou através da mesma, deve ser efetuada através do canal de denuncia interno, de acordo com o Regulamento do canal de denúncia, em anexo ao presente Código de conduta.

#### Artigo 22.º - Denúncia de infrações

1. Os Colaboradores deverão denunciar os factos de que tenham conhecimento ou fundada suspeita, suscetíveis de integrar a prática de violação de regras estabelecidas no presente Código de Conduta, de forma a prevenir ou impedir qualquer prática antiética ou contrária à lei.

2. A comunicação de infrações deve ser efetuada através do canal de denúncia interna, de acordo com o estabelecido no Regulamento do canal de denúncia, em anexo ao presente Código de Conduta.

## **V – INCUMPRIMENTO**

### **Artigo 23.º - Incumprimento do Código de Conduta**

1. A atuação dos Colaboradores em violação dos princípios e normas que integram o presente Código de Conduta pode, verificados que sejam os respetivos pressupostos legais, dar origem a responsabilidade disciplinar e criminal.
2. A infração dos deveres previstos no presente Código de Conduta poderá determinar a aplicação pela “AUTO RIBEIRO, LDA.”, no exercício do poder disciplinar e ao abrigo do disposto no artigo 328.º do Código de Trabalho, consoante a gravidade da violação, o grau de culpa do infrator e as consequências do ato, das seguintes sanções disciplinares:
  - a) Repreensão;
  - b) Repreensão registada;
  - c) Sanção pecuniária;
  - d) Perda de dias de férias;
  - e) Suspensão do trabalho com perda de retribuição e de antiguidade;
  - f) Despedimento sem indemnização ou compensação.
3. A prática por qualquer colaborador de conduta suscetível de configurar a prática de crime de corrupção ou infrações conexas é punível ao abrigo do Código Penal com pena de prisão ou multa. Sem prejuízo de eventuais agravamentos de pena aplicáveis ao caso concreto, enunciam-se infra as penas máximas previstas nos termos gerais:

- a) A prática do crime de corrupção ativa é punível com a pena máxima de 5 anos de prisão, nos termos do artigo 374.º do Código Penal;
- b) A prática do crime corrupção passiva é punível com a pena máxima de 8 anos de prisão; nos termos do artigo 373.º do Código Penal;
- c) A prática do crime de recebimento indevido de vantagem é punível com a pena máxima de 5 anos de prisão, nos termos do artigo 372.º do Código Penal;
- d) A prática do crime de peculato é punível com a pena máxima de 8 anos de prisão, nos termos do artigo 375.º do Código Penal;
- e) A prática do crime de participação económica em negócio é punível com a pena máxima de 5 anos de prisão ou multa, nos termos do artigo 377.º do Código Penal;
- f) A prática do crime de concussão é punível com a pena máxima de 8 anos de prisão, nos termos do artigo 379.º do Código Penal;
- g) A prática do crime de abuso de poder é punível com a pena máxima de 3 anos de prisão ou multa, nos termos do artigo 382.º do Código Penal;
- h) A prática do crime de prevaricação é punível com a pena máxima de uma pena máxima de 8 anos de prisão, nos termos do artigo 369.º do Código Penal;
- i) A prática do crime de tráfico de influências é punível com a pena máxima de 5 anos de prisão, nos termos do artigo 335.º do Código Penal;
- j) A prática do crime de branqueamento é punível com a pena máxima de 12 anos de prisão, nos termos do artigo 368.º-A do Código Penal; e
- k) A prática do crime de fraude na obtenção de subsídio, subvenção ou crédito é punível com a pena máxima de 8 anos de prisão, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 28/84 de 20 de janeiro, que prevê as infrações antieconómicas e contra a saúde pública.

4. Por cada infração às regras estabelecidas no presente Código será elaborado um relatório do qual consta a identificação das regras violadas, da sanção aplicada, bem como das medidas adotadas ou a adotar, nomeadamente no âmbito do sistema de controlo interno implementado na “AUTO RIBEIRO, LDA.”.

## **VI – PROCEDIMENTOS**

### **Artigo 24.º - Acompanhamento**

O Código de Conduta é objeto de acompanhamento pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo, o qual é encarregue da avaliação do respeito pelos princípios, valores e regras de conduta estabelecidas para todos os Colaboradores da “AUTO RIBEIRO, LDA.”.

### **Artigo 25.º - Formação**

1. A “AUTO RIBEIRO, LDA.” assegura a realização de um programa de formação interna a todos os seus membros, de modo que as regras e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados, assim como as demais regras de conduta estabelecidas no código de conduta e políticas internas, pelas quais deverão pautar os seus comportamentos, sejam do seu devido conhecimento.
2. A formação ministrada será adaptada às funções desempenhadas pelos membros, tendo em conta as funções exercidas e consequentemente a diferente exposição aos riscos identificados.

### **Artigo 26.º - Publicidade**

1. O Código de Conduta e respetivos anexos são divulgados no site da “AUTO RIBEIRO, LDA.” e internamente, sendo promovidas ações de formação sobre o respetivo conteúdo, ou sempre que ocorram alterações relevantes de conteúdo.

2. A “AUTO RIBEIRO, LDA.” adota as medidas necessárias para garantir que o seu Código de Conduta é do conhecimento de todos os seus membros e, em particular, dos que iniciam funções.

#### **Artigo 27.º - Revisão**

3. O Código de Conduta é revisto a cada três anos.
4. O Código de Conduta será revisto extraordinariamente sempre que ocorra alteração nas atribuições ou na estrutura orgânica ou societária da sociedade, da legislação aplicável ou em virtude da implementação de ações de melhoria que justifiquem a revisão das regras nele previstas.

### **IX – ANEXOS**

Em anexo ao presente Código de Conduta e dele fazendo parte integrante consta o seguinte documento:

- Anexo I – Regulamento do Canal de Denúncia Interna.